

O ENSINO DE ECONOMIA NO BRASIL

Camila da Rocha Kaizer¹
Sólida Elizabeth dos Santos²

INTRODUÇÃO

Na última década, percebeu-se uma queda significativa na procura pelo curso de Ciências Econômicas no Brasil. Entre os principais fatores que contribuem para esta situação, destacam-se a ausência de clareza sobre as atividades realizadas pelo economista, frequentemente confundidas com as atividades do administrador e do contador e a falta de aproximação entre os conteúdos curriculares e a aplicação no mercado de trabalho. O interesse pela Economia fica ainda mais comprometido pela falta de informação dentro das organizações, públicas e privadas, que não têm a divisão clara entre o papel dos profissionais dessas áreas.

O cenário atual, em níveis nacional e mundial, requer atuação efetiva do economista. Contudo, para que se possa desenvolver uma reforma nos programas de ensino das universidades e atrair um número maior de interessados pelo estudo, é necessário um entendimento em relação às áreas de atuação do economista tanto no setor público como no setor privado. Sobretudo, é preciso conhecer os conteúdos formativos dos cursos de Ciências Econômicas das principais IES do Brasil, a fim de confrontar os conteúdos aplicados na formação acadêmica com as exigências do mercado de trabalho.

Diante desse contexto, o problema desta pesquisa consiste na investigação acerca das expectativas das empresas com relação aos profissionais de Ciências Econômicas e como as IES se posicionam frente às necessidades do mercado de trabalho. Para

¹ Aluna do 8º período do curso de Ciências Econômicas da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2015-2016). *E-mail*: camila.kaizer@gmail.com

² Mestre em Organizações e Desenvolvimento pela FAE Centro Universitário. Professora da FAE Centro Universitário. *E-mail*: solidia.santos@fae.edu

sustentação do estudo e alcance do objetivo geral, a pesquisa procurou identificar a origem e evolução histórica dos Cursos de Ciências Econômicas no Brasil; interpretar o regulamento que trata da profissão dos economistas, contadores e administradores do Brasil; pesquisar as expectativas das empresas em relação ao papel do economista no ambiente organizacional; e analisar as grades curriculares das Instituições de Ensino Superior que oferecem o curso de ciências Econômicas.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Economia é uma ciência voltada para a alocação eficiente de recursos escassos. Assim, a Ciência Econômica busca estudar como as sociedades utilizam os recursos destinados para a produção de bens e serviços e como estes são distribuídos entre os indivíduos. Por este motivo, a Economia é considerada uma ciência social.

No Brasil, o curso de Ciências Econômicas passou por um processo evolutivo ao longo das décadas, pontuado especialmente pelo caráter reativo, respondendo aos cenários político-econômicos atravessados pelo país. Atualmente, a Economia é ministrada sob múltiplos enfoques, refletindo uma proximidade arrevesada com áreas congêneres (Administração e Contabilidade). Não obstante configurem disciplinas bastante complementares, apresentam diferenças reais na formação e desenvolvimento de seus encargos privativos.

Diferente de seus afins, o economista é um profissional capacitado para pensar e exercer estas funções dentro de um contexto geral do processo de distribuição e produção da sociedade. Segundo Rossetti (2003), os economistas não têm seu trabalho limitado pelas ideias formais de uma única disciplina. As filosofias políticas e os princípios éticos a que subordinam seus valores, suas vidas e a variada gama de suas percepções procuram explicar muitas coisas que ultrapassam a lógica explícita do seu trabalho profissional.

Para que possa retificar sua formação e desenvolver-se com base na própria experiência, o economista, segundo Furtado (1961), deve ter uma ideia clara do que é a economia como ciência.

Deve saber que toda ciência trabalha com esquemas conceituais, mas elabora e testa esses esquemas com base na observação do mundo objetivo. Desta forma, o fundamental na formação do economista é que nele se haja desenvolvido a aptidão para observar de forma sistemática o mundo objetivo.

Isto posto, no objetivo de consolidar um melhor entendimento sobre o mercado de trabalho dos economistas, aplicou-se um questionário voltado à percepção organizacional sobre a participação na composição da força de trabalho nas organizações; as funções

exercidas; a percepção sobre as diferenças entre profissionais de áreas congêneres (Administração e Contabilidade); razões para o baixo número de contratações; e a formação profissional nas IES, de modo a extrair pontos relevantes à atuação dos profissionais da Economia nas diversas esferas da sociedade e direcionar o parecer sobre as grades curriculares e desempenho das IES no ENADE.

2 METODOLOGIA

A pesquisa foi estruturada em cinco partes. A primeira configura a parte introdutória, definindo-se o problema, o objetivo proposto, justificativa e a estrutura da pesquisa.

A segunda consiste na revisão bibliográfica, documental e de levantamento de estudos anteriormente realizados, de modo a solidificar conceitos e identificar a evolução histórica do Curso de Ciências Econômicas no Brasil.

A terceira busca interpretar as legislações que regulamentam a profissão de contadores, administradores e economistas, a fim de identificar as diferenças estabelecidas no exercício de cada profissão da cada entidade de classe. A realização desta etapa contou com uma pesquisa de levantamento junto aos *sites* das entidades de classe de cada profissão.

A quarta identifica as expectativas das empresas em relação ao papel do economista dentro de empresas públicas e privadas, por meio de uma pesquisa de campo exploratória de natureza quantitativa, com amostragem probabilística. O levantamento de dados envolveu um questionário aplicado a gestores de 30 organizações de natureza pública, privada, economia mista, entidades de classe e cooperativas.

A quinta analisa as grades curriculares de 20 IES que oferecem o curso de ciências Econômicas no País. A pesquisa foi realizada diretamente nos portais das IES, visando identificar os eixos priorizados em cada instituição e as semelhanças e diferenças entre elas.

Por fim, a conclusão do trabalho confrontou as informações sobre expectativas de empresas demandantes do trabalho do economista no Brasil e a formação curricular das principais IES para identificação das lacunas existentes entre as expectativas do mercado e a formação do economista.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De posse dos resultados, verificou-se reconhecida a presença de economistas na maioria das organizações consultadas (86,67%), com predominância nos cargos de especialistas, analistas e média gestão.

Sobre as razões que levam as empresas a não contratar mais economistas, a pesquisa revelou que não existe clareza sobre as atribuições do economista no mercado de trabalho, apontado por 53,33% dos entrevistados, seguida pela similaridade das profissões frente ao mercado (23,33%) e o escasso volume de profissionais disponíveis (16,67%).

Com relação ao diferencial do economista, a percepção das organizações destacou o exercício de capacidade analítica (36,67%) e o domínio de métodos quantitativos (20%), seguido pelo conhecimento/percepção de cenários econômicos (16,67%). Em continuidade, 56,67% das organizações destacaram, como eixo prioritário na formação profissional do economista, o desenvolvimento de análises quantitativas, acompanhado da ênfase na gestão empresarial (23,33%).

Outrossim, 63,33% da amostra reportou a inexistência de deficiências com relação à formação dos profissionais absorvidos pelo mercado de trabalho, manifestando apenas a necessidade de nivelamento do estudo em gestão e políticas públicas (16,67%), e a parca experiência no mercado (13,37%).

No tocante ao diagnóstico das grades curriculares, o resultado da análise de correlação determinou a existência de uma relação direta entre a carga horária total das disciplinas de métodos quantitativos (traço diferencial do economista) e a pontuação das IES no ENADE, apontando um coeficiente de correlação de 0,65.

O raciocínio incitado é de que a pontuação obtida pelas IES tende a aumentar, a partir do incremento no número de horas na carga horária das disciplinas quantitativas. Este resultado é comprovado pela verificação da pontuação das dez melhores IES (CPC Contínuo), das quais oito apresentam currículos com mais de 14% das horas aulas destinadas ao ensino de matemática e métodos quantitativos. Já entre as 10 IES com desempenho mediano, seis delas oferecem menos de 14%.

A par do fato de que o núcleo do exame não é diretamente voltado a questões de natureza quantitativa, este resultado pode ser explicado pela estratégia de avaliação utilizada, que consiste na resolução de questões econômicas de maneira lógica e consistente – capacidades aprimoradas em disciplinas do eixo matemático-estatístico.

Muito embora a análise de correlação detecte apenas a existência de uma relação linear entre as variáveis, o coeficiente encontrado é estatisticamente significativo e enseja uma reflexão sobre o programa de ensino das IES. A análise das grades revelou

que elas buscam cumprir a distribuição contida nas diretrizes curriculares, conquanto direcionadas a diferentes eixos de formação.

A pesquisa demonstrou que as exigências de mercado estão diretamente relacionadas ao desempenho dos cursos perante o MEC. Porém, os diálogos mostram que os estudantes não encontram dentro da formação a aplicabilidade no mercado de trabalho. Logo, é necessário que as IES integrem seus currículos para que os acadêmicos possam estabelecer a conexão entre teoria e prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerrada a jornada de pesquisa, concluiu-se que o ensino da Economia no Brasil demonstra caráter reativo, respondendo aos cenários político-econômicos atravessados pelo país. Atualmente, a Economia é ministrada sob múltiplos enfoques, refletindo uma proximidade arrevesada com áreas congêneres.

O economista se destaca pela amplitude de suas competências, sendo capacitado para atuar em prol da sociedade, em níveis micro e macroeconômicos. Seu principal diferencial é o domínio de técnicas quantitativas e capacidade analítica.

A pesquisa revelou que a razão para o baixo volume de economistas contratados pelas organizações está atrelada à falta de esclarecimento sobre as atribuições dos profissionais, bem como ao equívoco com relação às atribuições dos administradores, devendo a formação acadêmica priorizar habilidades que sobrelevam os economistas frente a outros profissionais.

As conexões entre os programas curriculares das universidades e suas respectivas notas no Exame Nacional dos Estudantes revelaram a existência de uma correlação positiva no valor de 0,65, indicando tendências de maiores conceitos quanto maior for a carga horária de disciplinas de métodos quantitativos.

Conquanto não se trate de umnexo causal, o resultado enseja o aprimoramento lógico-racional dos acadêmicos, fundamental para compreensão de seu universo e descoberta de novas soluções para os problemas da sociedade.

REFERÊNCIAS

BIDERMAN, C.; COZAC, L. F. L.; REGO, J. M. **Conversas com economistas brasileiros**.

Desenvolvimento do ensino da economia no Brasil. São Paulo: Editora 34, 1996.

BRASIL. Decreto n. 61.934, de 22 de dezembro de 1967. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Administrador, de acordo com a Lei n. 4.769, de 9 de setembro de 1965 e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 dez. 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D61934.htm>. Acesso em: 19 mar. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior Brasil. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, bacharelado, e dá outras providências. Resolução n. 4, de 13 de julho de 2007. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 de jul. de 2007, Seção 1, p. 22-23. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces004_07.pdf>. Acesso em: 19 maio 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/enade>>. Acesso em: 18 maio 2016.

CHACON, S. Breve discussão sobre a formação e atuação do economista. **COFECON**, 2006. Disponível em: <<http://www.cofecon.org.br/noticias/colunistas/suely-chacon.feed?type=rss>>. Acesso em: 19 maio 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Dispõe sobre as prerrogativas profissionais de que trata o artigo 25 do Decreto-Lei n. 9.295, de 27 de maio de 1946. Resolução n. 560/83 de 28 de Outubro de 1983. Rio de Janeiro, 29 out. 1983. Disponível em: <www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_560.doc>. Acesso em: 19 mar. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA. Conceitua, define, classifica e regulamenta os serviços profissionais do Economista, em complementação à Resolução n. 67/57 que dispõe sobre o exercício das atribuições privativas da profissão. Resolução n. 860/74 de 2 de Agosto de 1974. Brasília, 3 ago. 1974. Disponível em: <<http://www.cofecon.org.br/legislacao/legislacao-aplicada.html>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

DRUMOND, C. E. I. **A formação do economista**: Teoria, prática e a capacidade de pensar. Programa de Apoio aos Egressos de Economia (PAECE). Universidade Estadual Santa Cruz (UESC), 30 out. 2012. Disponível em: <<http://www.paece.com.br/index.php/artigos-de-opiniao.html>>. Acesso em: 19 maio 2016.

FERREIRA, M. O. A Formação do economista no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, 1966. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/1770/2786>>. Acesso em: 19 maio 2016.

FURTADO, C. **A formação do economista em país subdesenvolvido**. Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311213180.A_formacao_do_economista_em_pais_subdesenvolvido.pdf>. Acesso em: 19 maio 2015.

- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GREMAUD, A. P. et al. **Introdução à economia**. São Paulo: Atlas, 2007.
- HUNTER, J. M. Sobre o ensino de economia no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 73-88. 1962. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/viewFile/1721/6010>>. Acesso em: 19 maio 2016.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1996.
- LEVINE, D. M. et al. **Estatística: teoria e aplicações usando o Microsoft Excel em português**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- MEARMAN, A. J. O ensino de economia de costas para a realidade: entrevista [31 de dezembro, 2014]. São Paulo. **Carta Capital**. Entrevista concedida à Samantha Maia.
- OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. 2. ed. reimpr. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- ROSSETTI, J. P. **Introdução à economia**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- SAEZ, F. A. M.; CYTRYNOWICZ, R. O ensino de economia e as origens da profissão do economista no Brasil. **Locus**, Revista de história, v. 6, n. 1, 2000. Disponível em: <<http://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/view/2349>>. Acesso em: 30 out. 2015.
- SIMONSEN, M. H. **O ensino de pós-graduação em economia no Brasil**. Rio de Janeiro: EPGE, 1966. Mimeografado.
- VASCONCELLOS, M. A. S. de. **Economia: micro e macro; Teoria e exercícios, glossário com os 300 principais conceitos econômicos**. 5. ed. São Paulo. Atlas, 2011.

